



ril 2017 - ISSN: 1988-7833

MANAGERIAL ACCOUNTING FACE À METODOLOGIA DA MOEDA DE PODER AQUISITIVO CONSTANTE: ONDE ENTRA A NECESSIDADE DE O GESTOR DE UMA EMPRESA FARMACÊUTICA CONSIDERÁ-LA?

Tiago José Gonzaga Borges¹
E-mail: tiagoborges32@gmail.com.

Josimar Pires da Silva²
E-mail: josimarctb@gmail.com

David Victor Rocha do Nascimento³
E-mail: davidvictorrocha@gmail.com

Wesley Daniel Barbosa Gonçalves⁴
E-mail: wesleydbg@yahoo.com.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Tiago José Gonzaga Borges, Josimar Pires da Silva, David Victor Rocha do Nascimento y Wesley Daniel Barbosa Gonçalves (2017): "Managerial Accounting face à metodologia da moeda de poder aquisitivo constante: onde entra a necessidade de o gestor de uma empresa farmacêutica considerá-la?", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (abril-junio 2017). En línea: <http://www.eumed.net/rev/cccsc/2017/02/moeda.html>

Resumo

A contabilidade gerencial perpassa uma série de questões ligadas à gestão das empresas e, por conta disso, deve ser alimentada com informações adequadas à realidade do mercado empresarial – considerando diversos fatores. Sob esse prisma, é válido destacar que questões inflacionárias podem auxiliar ou até comprometer a análise dos demonstrativos contábeis provocando, assim, influência no processo decisório da entidade. À luz dessa circunstância entra a metodologia da Moeda de Poder Aquisitivo Constante como ferramenta que pode auxiliar os responsáveis pela tomada de decisão a partir das suas possíveis implicações gerenciais. Este artigo buscou analisar o efeito inflacionário em uma

¹ Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multi-institucional de Pós-Graduação em Ciência Contábeis – UnB/UFPB/UFRN. Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Prédio da FACE – Asa Norte – CEP 70910-900 – Brasília/ DF – Brasil.

² Doutorando e Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília – UnB. Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Prédio da FACE – Asa Norte – CEP 70910-900 – Brasília/ DF – Brasil.

³ Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa Multi-institucional de Pós-Graduação em Ciência Contábeis – UnB/UFPB/UFRN. Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – Prédio da FACE – Asa Norte – CEP 70910-900 – Brasília/ DF – Brasil.

⁴ Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia. Endereço: Campus Santa Mônica, Faculdade de Ciências Contábeis - Bloco F - Santa Mônica – CEP 38408-100 – Uberlândia/MG – Brasil.

empresa real denominada “Farmacêutica” e suas possíveis implicações gerenciais. As demonstrações foram atualizadas utilizando a taxa de captação de longo prazo para pessoas jurídicas para proceder ao ajuste a valor presente e o IGPM como indexador para moeda em poder aquisitivo constante. O *output* da metodologia evidenciou, em boa parte das contas, efeito inflacionário negativo, porém não significativo. No entanto, foram analisadas possíveis implicações gerenciais – o que justifica a importância e a análise de informações para controle e planejamento gerencial coletadas na metodologia, conforme preceitua o *Institute of Management Accountants* (IMA,1998) ao ressaltar o método moeda constante.

Palavras chave: Contabilidade Gerencial. Inflação. Moeda Constante. Gestão. Farmacêutica.

Resumen

La contabilidad de gestión impregna una serie de cuestiones relacionadas con la gestión de las empresas y, por esa razón, se debe suministrar la información adecuada a la realidad del mercado de negocios - teniendo en cuenta varios factores. En este sentido, es válido señalar que las cuestiones inflacionarias pueden ayudar o incluso comprometer el análisis de los estados financieros provocando así influir en el proceso de toma de decisiones de la entidad. A la luz de esta circunstancia viene la metodología del Poder moneda homogénea a una herramienta que puede ayudar a los responsables de la toma de decisiones de sus posibles implicaciones de gestión. En este artículo se pretende analizar el efecto de la inflación sobre una compañía llamada "Productos farmacéuticos" reales y posibles implicaciones de gestión. Las declaraciones han sido actualizados utilizando el tipo de financiación a largo plazo para las empresas para hacer el ajuste a valor presente y el IGP-M indexada a una moneda de poder adquisitivo constante. La salida de la metodología mostró gran parte de todo, el efecto inflacionario negativo, pero no significativo. Sin embargo, se analizaron las posibles implicaciones de gestión - lo que justifica la importancia y el análisis de información para la planificación y control de gestión recogido en la metodología proporcionada de acuerdo con Institute of Management Accountants (IMA, 1998) para resaltar el método de moneda constante.

Palabras clave: Contabilidad de gestión. Inflación. Moneda constante. Gestión. Productos farmacéuticos.

Abstract

A contabilidade gerencial perpassa uma série de questões ligadas à gestão das empresas e, por conta disso, deve ser alimentada com informações adequadas à realidade do mercado empresarial – considerando diversos fatores. Sob esse prisma, é válido destacar que questões inflacionárias podem auxiliar ou até comprometer a análise dos demonstrativos contábeis provocando, assim, influência no processo decisório da entidade. À luz dessa circunstância entra a metodologia da Moeda de Poder Aquisitivo Constante como ferramenta que pode auxiliar os responsáveis pela tomada de decisão a partir das suas possíveis implicações gerenciais. Este artigo buscou analisar o efeito inflacionário em uma empresa real denominada “Farmacêutica” e suas possíveis implicações gerenciais. As demonstrações foram atualizadas utilizando a taxa de captação de

longo prazo para pessoas jurídicas para proceder ao ajuste a valor presente e o IGPM como indexador para moeda em poder aquisitivo constante. O *output* da metodologia evidenciou, em boa parte das contas, efeito inflacionário negativo, porém não significativo. No entanto, foram analisadas possíveis implicações gerenciais – o que justifica a importância e a análise de informações para controle e planejamento gerencial coletadas na metodologia, conforme preceitua o *Institute of Management Accountants* (IMA, 1998) ao ressaltar o método moeda constante.

Keywords: Managerial Accounting. Inflation. Constant Currency. Management. Pharmaceuticals

1 INTRODUÇÃO

É fato que uma boa parcela dos artigos atinentes à temática da Teoria dos Ajustamentos Contábeis do Lucro ressaltam de alguma maneira a importância de se considerar a atualização monetária como ferramenta que auxilia – em uma perspectiva mais incisiva – a condução empresarial⁵, sobretudo no âmbito gerencial (MORIBE, PANOSSO & MARONI, 2007; ANDRADE, SEGANTINI & SILVA, 2011; TAKAMATSU & LAMOUNIER, 2006; MARTINS, 2000; SALOTTI et al., 2006; SILVA, 2002; KLANN, SOUZA & BEUREN, 2007).

Entretanto, parte das abordagens das pesquisas anteriores não se inclina de forma abrangente a ensaiar apontamentos que se refiram às possíveis implicações gerenciais advindas da utilização de métodos de atualização monetária para empresas reais, principalmente em elucidar os pontos que poderiam chamar a atenção dos gestores e demais leitores para os benefícios do emprego da metodologia em questão.

A relevância deste artigo esta incrustada na ótica de que ganhos – sob o ponto de vista da gestão das empresas – podem ser gerados em virtude do processo de tomada de decisão estar revestido de informações que se aproximem da realidade de mercado. Logo, trazer uma linguagem um pouco menos rebuscada, mas espessa em pontos que justifiquem a importância dessa abordagem é de suma importância até para a saúde financeira dos negócios. Além disso, é tarefa necessária para enfatizar e adensar a discussão já aberta a respeito deste contexto. É com esse pano de fundo, que o método de Moeda de Poder Aquisitivo Constante, mesmo possuindo limitações, entra como figura que pode traduzir parte dos benefícios da atualização monetária para os gestores.

Já com relação à escolha de um ramo empresarial para proceder a um estudo de caso toma-se com referência uma empresa do setor terciário. A justificativa para escolha desse ramo está rascunhada na sua importância para o Brasil, que segundo o IBGE (2013), dentre outros fatores, representava, em 2013, cerca de 66% do Produto Interno Bruto (PIB). Ainda segundo o órgão, neste mesmo ano houve um aumento de 4,3% no volume de vendas do varejo em relação ao ano anterior, além de se confirmar como a 10^a alta anual, de forma consecutiva, para o segmento.

⁵ Forma de conduzir a empresa vislumbrando, em primeiro lugar, a sua continuidade e, por consequência, um desempenho condizente com práticas gerenciais que contemplem os benefícios que a utilização da atualização monetária pode trazer.

De forma mais específica, a escolha de uma empresa do setor farmacêutico se deu em virtude de três fatores básicos, ancorados em segundo estudo realizado pela PricewaterhouseCoopers (2013), quais sejam: i) expectativa de vida do brasileiro tem aumentado; ii) a população em idade inativa irá superar a ativa em 2041 – o que indica aumento da parcela de clientes em potencial para o setor; iii) as vendas de medicamentos do varejo subiram 82,2% no período de 2007-2011 chegando a um total de R\$ 43 bilhões de reais de movimentação.

Com efeito, é importante frisar a sua representatividade e deixar claro que esta fatia do mercado precisa ser considerada sobre vários aspectos, inclusive sobre a gestão de seus negócios, pois existem fatores os quais podem influenciar de forma benéfica ou adversa as suas atividades – por exemplo, a questão do efeito inflacionário. Dessa forma, os fatores mencionados podem gerar implicações gerenciais às organizações. Ademais, esse cenário deve ser de interesse do gestor de uma empresa no sentido de considerar questões como a viabilidade da distribuição de dividendos, avaliar ganhos ou perdas com fornecedores, contas a receber e outros impactos que o efeito inflacionário pode vir a causar no contexto empresarial – com ênfase em aspectos gerenciais.

Face a essas questões, entende-se que a utilização de métodos de atualização monetária, como é o caso deste artigo – Moeda de Poder Aquisitivo Constante, atendem a necessidades que muitas vezes nem são de conhecimento dos próprios gestores. Esta falta de conhecimento pode se traduzir, em última instância, na descontinuidade de uma companhia. Na esteira dessas evidências, Martins (2000) menciona que a não consideração de fatores como inflação e custo de oportunidade – ressaltando que este não faz parte da proposta deste texto – deve ser entendida como uma falha imperdoável por parte dos contadores. Indo mais além, cumpre-se salientar que mesmo em ambientes com inflação em baixos patamares a necessidade de considerá-la pode trazer benefícios para as atividades empresariais.

Com base no contexto previamente destacado, e nas razões elencadas, o problema de pesquisa pode ser descrito através da seguinte pergunta: a metodologia de Moeda de Poder Aquisitivo Constante poderia auxiliar no processo de tomada de decisão e influenciar nas decisões dos gestores? Para responder ao problema de pesquisa, esta investigação tem como objetivo verificar se a metodologia de Moeda de Poder Aquisitivo Constante poderia auxiliar no processo de tomada de decisão, considerando as decisões gerenciais.

Entende-se que a proposta visa fornecer ainda mais informações e meios para os gestores se sentirem mais confortáveis, ou até mesmo descobridores, dos benefícios que o método de Moeda de Poder Aquisitivo Constante pode trazer para a condução dos negócios das companhias – sob a égide da contabilidade gerencial.

2 PLATAFORMA TEÓRICA

2.1 Contabilidade Gerencial: do contexto à abertura de espaço para discussão do efeito inflacionário

Uma pequena incursão sobre a perspectiva histórica – num tempo não muito longínquo – da contabilidade gerencial nos remete a determinada época em

que o proprietário da empresa era responsável tanto pela administração quanto pelas práticas comerciais (JOHNSON e KAPLAN, 1993). Sob essa ótica, é possível considerar que questões como inovações e análises de aspectos gerenciais ficavam fora de cena. Todavia, Guerreiro, Cornachione Jr. e Soutes (2010) afirma que o desenvolvimento econômico, produzido pela melhoria das comunicações e dos transportes, veio a instrumentalizar o surgimento de companhias mais complexas. Dessa forma, as empresas começaram a se organizar de maneira mais articulada procurando maior desenvolvimento e mais inovação.

Porém, Guerreiro, Cornachione Jr. e Soutes (2010) consideram, ainda, que atualmente mesmo que as empresas estejam mais desenvolvidas o seu foco acaba sendo a procura por melhorias ligadas a sistemas de contabilidade de custos. Para os autores isso já não é mais o suficiente, pois é preciso inovar e criar sistemas de informação que forneçam suporte à gestão das empresas. Guerreiro, Casado e Frezatti (2006) afirmam que mesmo existindo fatores os quais motivem a modernização da CG esta não vem sofrendo grandes modificações – caracterizando a estabilidade mencionada por outros autores. Uma possível justificativa para isso é que as pesquisas em contabilidade gerencial não estão mostrando grande impacto na prática empresarial (BURNS e SCAPENS, 2000; SCAPENS, 2006; ENGLUND e GERDIN, 2007).

Não obstante, Green e Amenkhiyan (1992) consideram que as inovações em manufatura e inovações em contabilidade gerencial caminham em descompasso. Isto acaba por indicar a existência de lacunas a serem preenchidas, no sentido de instrumentalizar, em aspectos informacionais, o gestor de uma empresa para estreitar essas relações. Dessa forma, é importante entender quais poderiam ser as configurações, ou seja, os estágios de evolução gerencial que as companhias podem assumir de acordo com a sua maturidade empresarial.

Com esse pano de fundo, cita-se o papel do *Institute of Management Accountants* (IMA, 1998) – entidade que contribuiu para sintetizar elementos da CG ao elaborar documento – a partir de uma perspectiva de estrutura conceitual – que a definiu como um processo o qual visa identificar, acumular, analisar, preparar, interpretar e utilizar a informação para planejar, avaliar e controlar uma organização. Todavia, após essa discussão o órgão considerou que o importante não era definir, mas sim destacar que a CG possui uma evolução baseada em quatro estágios, quais sejam: determinação do custo e controle financeiro; informação para controle e planejamento gerencial; redução de perdas de recursos no processo operacional e, por fim, a criação de valores através do uso efetivo dos recursos.

Na esteira dessas evidências, cumpre-se enfatizar metodologias que fazem parte da segunda fase – determinação de custo e controle financeiro. Neste estágio, segundo Guerreiro, Cornachione Jr. e Soutes (2010), residem metodologias como moeda constante (efeito inflacionário) e valor presente. A partir desse gancho, é possível depreender que metodologias como essas, ainda de acordo com o autor, se desprendem de um eixo norteado apenas por sistemas de contabilidade baseados em custos. Logo, é estabelecida uma relação de complementariedade, podendo, assim, ir um pouco mais além na contribuição para a tomada de decisão.

Por conta disso, é preciso dizer que o emprego dessas e de metodologias similares, para Green e Amenkhienan (1992), podem se firmar como fonte de inovação fazendo, portanto, contraponto ao fato elucidado por Burns e Scapens (2000). Conseqüentemente, abre-se espaço para tratar das implicações gerenciais que metodologias as quais considerem o efeito inflacionário podem trazer para a melhoria de determinados aspectos da gestão empresarial.

2.2 Moeda de Poder Aquisitivo Constante

A abordagem do método de Moeda de Poder Aquisitivo Constante é revestido de fatos antecedentes que estão ligados a intervalos temporais inflacionários – responsáveis pela perda do poder de compra da moeda. Como é sabido, em solo tupiniquim, os níveis de inflação vividos na década de 80 já não estão mais presentes. Contudo, Souza et al (2013) afirmam que mesmo com a proibição da correção monetária – ocorrida em 1995, por conta do plano real e sua conseqüente redução inflacionária – ainda existem indícios de inflação responsáveis por, eventualmente, gerar reflexos adversos nas empresas.

Moribe, Panosso e Morine (2007) reforçam a ideia de que ao utilizar a atualização monetária nas demonstrações contábeis é possível obter dados mais confiáveis e mais próximos da realidade, sobretudo no auxílio a aspectos gerenciais. Para Takamatsu e Lamounier (2006) a correção das demonstrações contábeis retrata a necessidade de se proteger a informação contábil justamente da deterioração do poder aquisitivo da moeda.

Ainda segundo os autores, mesmo em períodos de baixa inflação pode ocorrer, por exemplo, um declínio no poder aquisitivo de valores a receber e disponibilidades, ao passo que pode haver, também, aumento do poder de aquisição nos valores a pagar, pois estes eventualmente ocasionam uma redução real das dívidas. De maneira complementar, citam-se, ainda, acúmulos anuais de inflação como fatores que podem provocar grandes deformidades nas demonstrações – incitando, inclusive, dúvidas em relação à credibilidade destas (TAKAMATSU e LAMOUNIER, 2006).

Diante dos fatos expendidos, fica mais clara a necessidade de analisar as demonstrações de uma empresa sob a ótica de metodologias de atualização monetária e mais do que isso, extrair, em âmbito gerencial, informações que possam ajudar o gestor a tomar suas decisões da forma mais embasada possível. Por conseguinte, após análise de alguns pontos do contexto de atualização monetária insere-se na discussão a metodologia de Moeda de Poder Aquisitivo Constante.

O ponto de partida para esse intento é justamente avaliar que o custo histórico puro presente nas demonstrações não inclui o conjunto de receitas e despesas advindos de transações esperadas, fatos geradores de que caixa que ainda irão ocorrer e expectativas (MARTINS, 2000). Por conta disso, pode-se visualizar que essas questões também são objeto das necessidades gerenciais da empresa e não deveriam ficar fora do processo de tomada de decisão. Nesse sentido, faz-se necessário lembrar o segundo estágio da CG citado pelo IMA (1998) - informação para controle e planejamento gerencial – onde aparece a metodologia de moeda constante como ferramenta que mitiga as questões não

contempladas pelo custo histórico. Assim, é possível estabelecer uma relação entre a *Managerial Accounting* e as implicações da adição do método de moeda de poder aquisitivo constante, pois é possível obter maior controle para se planejar a parte gerencial.

Martins (2000) considera que ao se fazer uma comparação entre o custo histórico e Moeda de Poder Aquisitivo Constante é possível verificar que este é muito mais eficiente para medir o lucro. Além disso, o autor destaca que boa parte das empresas acaba perdendo fatias de seu capital ao, por exemplo, mensurar lucros exagerados, distribuir parte deles, sem na verdade verificar se este pode, de fato, ser menor do que o informado a custo histórico por conta de perda inflacionária.

Schmidt, Santos e Fernandes (2005) definem Moeda de Poder Aquisitivo Constante como um método que adota a UMC (Unidade Monetária Contábil) como indexador, o qual possui, no Brasil, dois principais índices, o IGPM e IGP-DI, para atualizar as contas contábeis – no sentido de restaurar os valores originais com base na moeda de poder aquisitivo constante. Outro fator levantado pelos autores é que o modelo prevê a utilização taxas médias de juros de mercado, como a da Associação Nacional de Bancos de Investimento (ANBID), para ajustar a valor presente contas contábeis com valores futuros. Não obstante, destaca-se que o ajuste a valor presente é um elemento que demonstra certo avanço dessa metodologia em relação ao *price level accounting* (Custo Histórico Corrigido).

Contudo, mesmo ao indicar que a metodologia em questão é uma ferramenta útil para ajudar na tomada de decisão é importante levantar a questão de não se considerar o custo de reposição de ativos específicos como desvantagem (GIRÃO et al, 2013). Segundo Fernandes (1998) a utilização da metodologia aqui proposta pode gerar problemas para que as empresas possam conhecer a sua posição dentro do seu ramo de atuação por conta da dificuldade de se compararem entre si.

Em linha com essas evidências, no que tange a metodologia de Moeda de Poder Aquisitivo Constante, pode-se elaborar a seguinte hipótese:

H_1 = a metodologia de Moeda de Poder Aquisitivo Constante poderia auxiliar no processo de tomada de decisão e influenciar nas decisões dos gestores das companhias.

3 DESENHO METODOLÓGICO

A pesquisa parte de uma breve incursão na literatura no que tange à atualização monetária e à contabilidade gerencial para justamente subsidiar a avaliação das possíveis implicações gerenciais do efeito inflacionário nas empresas. A partir de então, é empregada a metodologia de estudo de caso em uma empresa real denominada “Farmacêutica” – para fins de preservação da sua identidade. O intervalo de tempo analisado compreende dados referentes às demonstrações do exercício findo em 31/12/2012 e 31/01/2013.

Os efeitos inflacionários da empresa foram obtidos pela conversão das demonstrações para moeda de poder aquisitivo constante utilizando:

- IGPM como indexador para moeda em poder aquisitivo constante;
- Taxa de captação de longo prazo para pessoas jurídicas para ajuste a valor presente para os itens aplicáveis.

Para o cálculo do efeito inflacionário foram utilizados os prazos médios de pagamento e recebimento para fins de ajuste a valor presente. Na mesma medida, para os estoques foi assumido o período médio de compras, bem como o giro de estoques para apuração dos efeitos inflacionários. Para os demais foram utilizados a metodologia de correção de custo histórico corrigido, adotando a média de prazo para os itens não monetários, dado o volume de transações e indexador no período de fechamento de período para os respectivos itens monetários.

Os resultados obtidos e considerações acerca dos efeitos inflacionários são limitados ao período e a empresa utilizada. As diferenças observadas não são, suficientemente, definitivas para afirmar, se os reconhecimentos dos efeitos inflacionários distorcem as demonstrações financeiras em virtude do efeito inflacionário.

O trabalho se baseou na conversão dos saldos societários de uma empresa varejista tendo como prazo um mês do ano de 2013 para converter para unidade de poder aquisitivo constante. A partir disso espera-se observar o efeito e importância no gerenciamento do negócio. Foram utilizados dados operacionais da empresa, aqui denominada “Farmacêutica”. Comparando as demonstrações financeiras mensuradas pelas regras societárias e atualizadas a moeda de poder aquisitivo constante, obteve-se o efeito na estrutura patrimonial.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A gestão de uma empresa precisa estar cercada de ferramentas para analisar, planejar e controlar suas ações a partir também das demonstrações contábeis. Para tanto, um dos focos é analisar quais os possíveis desdobramentos do efeito inflacionário que podem gerar implicações gerenciais à condução dos negócios. Diante dessa perspectiva, procedeu-se a aplicação da metodologia de Moeda de Poder Aquisitivo Constante na empresa “Farmacêutica” para avaliar possíveis implicações para o controle e planejamento da informação. A tabela 01 objetiva traçar uma panorama geral do efeito inflacionário no ativo da empresa - comparando valores históricos com moeda constante.

2013	Societário	Moeda Constante	Efeito inflacionário	%
Ativo	717.025.822	696.464.667	(20.561.155)	-2,87%
Circulante	140.777.437	136.849.832	(3.927.604)	-2,79%
Não circulante	576.248.385	559.614.834	(16.633.551)	-2,89%
Realizável a longo prazo	29.476.658	28.825.335	(651.323)	-2,21%
Investimentos	3.746.062	3.636.564	(109.498)	-2,92%
Imobilizado	18.367.776	17.830.883	(536.893)	-2,92%
Intangível	524.657.890	509.322.053	(15.335.837)	-2,92%

Tabela 01 – Efeito inflacionário no ativo

Fonte: elaborado pelos autores.

O efeito inflacionário no ativo da empresa farmacêutica, em princípio, pode ser considerado como pouco expressivo em virtude das baixas variações percentuais. Nesse sentido, ao analisar o *output* da atualização monetária nas demonstrações o gestor da companhia poderia, de forma mais geral, considerar que a empresa não foi impactada sobremaneira por desdobramentos inflacionários.

Entretanto, faz-se necessário considerar determinadas contas com maior acurácia, pois o objetivo é verificar possíveis implicações gerenciais do efeito inflacionário para justificar a utilização de metodologias como moeda de poder aquisitivo constante. Diante das informações apresentadas na última tabela, o ativo intangível, se destaca como maior efeito inflacionário negativo (R\$ 15.335.837 milhões). Este grupo é composto por ágios de rentabilidade futura, softwares entre outros intangíveis. (justificativa?)

Os valores a receber – conforme gráfico 01 – da empresa farmacêutica não apresentaram grande variação com respeito ao total a receber de clientes. Contudo, ao avaliar o efeito inflacionário negativo de R\$ 958.199 em âmbito gerencial – à luz da informação para controle e planejamento – é possível tentar justificá-lo com base no fato de a empresa ter prazo médio de recebimento de 30 dias – responsável pela baixa variação.

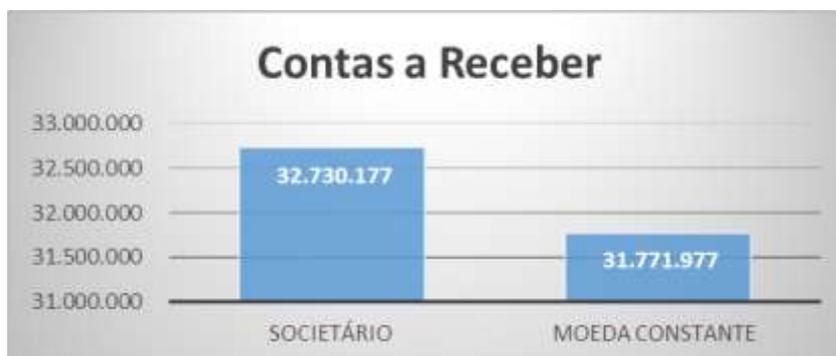


Gráfico 01 – Efeito Inflacionário Contas a Receber (31/01/2014)

Fonte: elaborado pelos autores.

Indo mais além na análise desse quesito, seria possível também inferir que a empresa, em um caso distinto, poderia ter cobrado menos juros de seus clientes em vendas a prazo, ou até não ter feito uso dessa ferramenta – sendo, portanto, o eventual saldo de juros insuficiente para suprir a inflação do período e, tampouco, gerar excedente. Essa informação pode auxiliar no processo de tomada de decisão uma vez que se sabe que há um descasamento entre o juros cobrados pelas vendas à prazo e a inflação do período.

Os estoques – gráfico 02 – constituem o principal ativo da empresa e, pela característica do negócio, representam o ativo que possibilita a manutenção e melhoria da estrutura de capital.



Gráfico 02 – Efeito Inflacionário Estoques (31/01/2013)

Fonte: elaborado pelos autores.

Estes tiveram efeito inflacionário negativo de R\$ 2.401.862 milhões. O valor também não deve ser considerado expressivo para o estoque total mantido pela empresa, porém pode ser visto como indício de que a companhia não está reconhecendo na política de precificação dos estoques, eventuais perdas de poder aquisitivo da moeda.

Ocorre que o saldo a custo histórico dos estoques é superior àquele já atualizado – conforme gráfico 02. Por conseguinte, isso pode incrementar o custo da mercadoria vendida e distorcer o resultado do exercício, mesmo que tímida. Para fins gerenciais é possível, então, encontrar obstáculos para a condução dos negócios, já que a superavaliação dos estoques, muitas vezes nem é conhecida pelo gestor. Então, tem-se mais um ponto de análise para reforçar o emprego da metodologias em questão.

Já com relação ao efeito inflacionário causado no passivo da empresa, conforme tabela 02, as variações comparativas entre custo histórico e moeda constante também não se mostraram expressivas novamente. Os efeitos, em geral, reduziram o valor das obrigações – passivo circulante e não circulante. O efeito no passivo foi reflexo, principalmente, do ajuste a valor presente da obrigação por aquisição de investimento. O destaque geral fica com a variação do Patrimônio Líquido da Farmacêutica e se justifica pelo valor expressivo de capital próprio aportado, cerca de R\$ 430 milhões. Vale salientar, pois, que a estrutura de financiamento da empresa é constituída predominante de capital próprio.

Tabela 02 – Efeito inflacionário no passivo

2013	Societário	Moeda Constante	Efeito inflacionário	%
Passivo + PL	717.025.822	696.464.667	(20.561.155)	-2,87%
Circulante	91.075.713	88.410.067	(2.665.647)	-2,93%
Não circulante	152.936.420	148.728.681	(4.207.739)	-2,75%
Patrimônio Líquido	473.013.689	459.325.919	(13.687.769)	-2,89%

Fonte: elaborado pelos autores.

A análise do passivo circulante inicia-se pela conta de fornecedores – gráfico 03 – onde o efeito inflacionário foi negativo, na ordem de R\$ 2.070.298 milhões. Isto significa dizer para o gestor da Farmacêutica que, na verdade, a companhia está conseguindo boas taxas de juros reais junto aos seus

fornecedores. Dessa forma, obtém-se ganho inflacionário, sobretudo ganho informacional para controlar e planejar as ações da empresa, pois de posse dessa informação a forma de conduzir a compras de mercadorias está atenta aos aspectos inflacionários do mercado.



Gráfico 03 – Efeito Inflacionário Fornecedores (31/01/2014)
Fonte: elaborado pelos autores.

Em relações aos salários e encargos a pagar – conforme gráfico 04 – é possível destacar que a variação percentual comparativa de 3% (R\$ 280.769) entre societário e moeda constante não possui grande impacto nas demonstrações, bem como não indica maior implicação gerencial. O grupo “demais contas a pagar” obteve variação muito pequena (R\$ 84.844) e por conta disso também não trouxe possíveis implicações gerenciais para a discussão. As outras contas do passivo seguiram a mesma linha.



Gráfico 04 – Efeito Inflacionário Obrigações c/ Pessoal (31/01/2014)
Fonte: elaborado pelos autores.

Em se tratando do efeito inflacionário causado no resultado da empresa destaca-se que o mesmo foi positivo – diminuindo, portanto, o prejuízo societário registrado em R\$ 870 mil. O efeito na estrutura patrimonial não foi relevante neste mesmo período, tendo em vista o curto espaço de tempo. Ademais, o efeito inflacionário no resultado, não é considerado expressivo para a empresa em função do faturamento médio de R\$ 46 milhões mensais.

Por oportuno, destaca-se que em virtude do período anterior ter registrado prejuízo foi deliberado, acertadamente – apesar da resistência de parte do conselho de administração que primava pela distribuição de dividendos, mesmo

com resultado negativo – a não distribuição. É importante citar este caso, pois seria possível presenciar algum momento em que a empresa registrasse lucro suficiente, na forma societária, para a distribuição e após ajustar as demonstrações em moeda constante evidenciar que não seria interessante para ela distribuir. A prática de distribuir dividendos sem considerar a atualização monetária pode vir a comprometer a continuidade da companhia caso seja feita de forma errônea ao longo do tempo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa investigação teve como objetivo verificar se a metodologia de Moeda de Poder Aquisitivo Constante poderia auxiliar no processo de tomada de decisão, considerando as decisões gerenciais.

A análise das demonstrações da Farmacêutica não revelou grandes distorções ocasionadas pelo efeito inflacionário. Em princípio, poderia se pensar que a hipótese de que o gestor, seja ele do ramo de farmácia ou qualquer um outro, precisaria considerar metodologias como a de moeda de poder aquisitivo constante para conduzir seus negócios não seria adequada. Entretanto, mesmo com variações pequenas o gestor precisa considerar o efeito inflacionário, pois este em uma perspectiva acumulativa pode causar grandes deformidades como preceituaram Takamatsu e Lamounier (2006). Dessa forma, entende-se que a pergunta presente no título deste trabalho é pertinente e foi respondida de maneira afirmativa não só para a empresa farmacêutica.

Desta maneira, é possível confirmar a hipótese previamente destacada, visto que a metodologia de Moeda de Poder Aquisitivo Constante poderia auxiliar no processo de tomada de decisão e influenciar nas decisões dos gestores das companhias.

A colocação do IMA (1989) ao definir estágios para a contabilidade gerencial é perfeitamente atual, inclusive no que trata da informação para controle e planejamento gerencial. Com esse pano de fundo, é possível analisar à luz da atualização monetária, por exemplo, a política empregada no prazo e na taxa de juros praticada para valores a receber com prazo; nas eventuais taxas de juros pagas pela compra de insumos à prazo – fornecedores. Essas são questões que mesmo em períodos inflacionários estáveis precisam ser observadas justamente por conta da abordagem do IMA – controle e planejamento gerencial. Ou seja, o controle e acompanhamento deve ser constante.

Como sugestão para pesquisas futuras indica-se estudar empresas em outros ramos de atuação para adensar ainda mais a justificativa de que as organizações precisam fazer uso do método de moeda de poder aquisitivo constante, bem como de outras metodologias que neste trabalho não foram abordadas por limitações variadas. Seria interessante também buscar demonstrações de empresas que tiveram distribuição de dividendos para avaliar a sua real necessidade e condição para tal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Josélia Maria Rodrigues; SEGANTINI, Giovanna Tonetto; DA SILVA, José Dionísio Gomes. Análise dos perfis dos artigos com estrato qualis CAPES

sobre teoria dos ajustamentos contábeis do lucro-[doi: 10.4025/enfoque. v30i3. 14937](https://doi.org/10.4025/enfoque.v30i3.14937). **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 30, n. 3, p. 33-43, 2011.

BURNS, John; SCAPENS, Robert W. Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. **Management accounting research**, v. 11, n. 1, p. 3-25, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção Física Brasil Industria Eletrônica. Disponível em <<http://www.metadados.ibge.gov.br/detalhePesquisa.aspx?cod=PZ>> Acesso em: 24/07/2014.

Trimestrais. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>>. Acesso em 24/07/2014.

ENGLUND, Hans; GERDIN, Jonas. Structuration theory and mediating concepts: pitfalls and implications for management accounting research. **Critical perspectives on accounting**, v. 19, n. 8, p. 1122-1134, 2008.

INSTITUTE OF MANAGEMENT ACCOUNTANTS. Implementing Activity-Based Management: Avoiding the Pitfalls (1998). Disponível em: <https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=wNUNVMPqFOWi8wfX-IGAAQ&qws_rd=ssl#q=Institute+of+Management+Accountants%2C+1998>

FERNANDES, Tania Maria da Conceição Benter Machado. Ativo e sua mensuração. **Caderno de estudos.**, São Paulo, n. 18, Aug. 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-2511998000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 agosto de 2014.

GIRÃO, Luiz Felipe de Araújo Pontes et al. Reflexos do Custo Histórico Corrigido nos Indicadores Financeiros: um estudo no sistema de cooperativa de crédito–SICOOB Nordeste no ano de 2010. **INTERFACE**, v. 9, n. 1, 2013.

GREEN, Forrest B.; AMENKHIENAN, Felix E. Accounting innovations: a cross sectional survey of manufacturing firms. **Journal of Cost Management for the Manufacturing Industry**, v. 6, n. 1, p. 58-64, 1992.

GUERREIRO, Reinaldo; FREZATTI, Fábio; CASADO, Tânia. Em busca de um melhor entendimento da contabilidade gerencial através da integração de conceitos da psicologia, cultura organizacional e teoria institucional. **Revista Contabilidade e Finanças. USP, São Paulo: Edição Comemorativa**, p. 7-21, 2006.

GUERREIRO, Reinaldo; CORNACHIONE JR, Edgard B.; SOUTES, Dione Olesczuk. Utilização de artefatos modernos de contabilidade gerencial por empresas brasileiras. **XXXIV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Administração**, v. 34, 2010.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade**. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

JOHNSON, H. Thomas; KAPLAN, Robert S. **Contabilidade gerencial: a restauração da relevância da contabilidade nas empresas**. 1993.

KLANN, Roberto Carlos; DE SOUZA, José Carlos; MARIA BEUREN, Ilse. O impacto do não reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis na distribuição de dividendos. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 1, n. 1, p. 59-78, 2007.

MORIBE, Ademir M.; PANOSSO, Alceu; MARRONI, Carlos H. Um enfoque sobre correção monetária integral e ajuste a valor presente em conformidade com as normas internacionais de contabilidade. **Enfoque: Reflexão Contábil, Maringá**, v. 26, n. 1, p. 17-28, 2007.

MARTINS, Eliseu. Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica. **Caderno de estudos**, n. 24, p. 28-37, 2000.

O SETOR FARMACÊUTICO NO BRASIL. Disponível em: <www.pwc.com.br/pt_BR/br/publicacoes/setores.../pharma-13.pdf> (Pricewaterhousecoopers Brasil). Acesso em 20/08/2014.

RODRIGUES FILHO, João et al. A relevância da correção monetária. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 3, n. 1, 2009.

SANTOS, A. dos. CARVALHO, L.N. **Desindexação da economia versus fim da Correção monetária**. Revista IOB – Informativo Dinâmico. São Paulo: 1997 ed. 77, pág. 2-3.

SALOTTI, Bruno Meirelles et al. Um estudo empírico sobre o fim da correção monetária integral e seu impacto na análise das demonstrações contábeis: uma análise setorial. **Revista UnB Contábil**, v. 9, n. 1, p. 189-221, 2006.

SCAPENS, Robert W. Understanding management accounting practices: a personal journey. **The British Accounting Review**, v. 38, n. 1, p. 1-30, 2006.

SCHMIDT, Paulo; DOS SANTOS, José Luiz; FERNANDES, Luciane Alves. **Manual de conversão das demonstrações financeiras**. Atlas, 2005.

TAKAMATSU, Renata Turola; LAMOUNIER, Wagner Moura. A importância da atualização monetária de valores para a análise das demonstrações financeiras. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 17, n. 2, p. 67-87, 2009.

ANEXO I – Balanço Patrimonial e DRE “Farmacêutica”

	DEZ/2012 H	JAN/2013 H	DEZ/2012 Moeda Forte	JAN/2013 Moeda Forte
ATIVO	708.122.559	717.025.822	696.294.619	696.464.667
Circulante	133.437.110	140.777.437	130.914.835	136.849.832
Caixa e equivalentes de caixa	1.113.108	1.570.871	1.113.108	1.538.815
Aplicações financeiras - Equivalentes de caixa	9.328.546	12.674.544	9.328.546	12.415.904
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Contas a receber	36.909.758	32.730.177	35.702.254	31.771.977
Contas a receber - Verbas	2.285.036	2.517.007	2.246.494	2.443.320
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(985.212)	(979.461)	(968.595)	(950.832)
Fundo de Publicidade	-	-	-	-
Estoques	72.830.190	82.170.667	71.601.759	79.768.805
Adiantamento a Fomecedores	1.898.289	1.756.560	1.866.271	1.705.215
Créditos tributários e previdenciários	8.136.686	7.170.678	8.136.686	7.024.351
Despesas pagas antecipadamente	578.472	626.784	568.715	608.463
Partes Relacionadas	-	-	-	-
Outros créditos	1.342.237	539.611	1.319.598	523.813
Outros instrumentos financeiros - CP	-	-	-	-
Não circulante	574.685.449	576.248.385	565.379.784	559.614.834
Realizável a longo prazo	27.841.020	29.476.658	27.759.010	28.825.335
Aplicações Financeiras-LP	-	-	-	-
Impostos diferidos - LP	22.978.895	23.850.951	22.978.895	23.364.242
Outros ativos	1.045.603	1.809.184	1.027.967	1.756.302
Partes Relacionadas - LP	-	-	-	-
Outros Títulos a Receber - LP	3.816.522	3.816.522	3.752.149	3.704.791
Créditos tributários e previdenciários - LP	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente - LP	-	-	-	-
Outros instrumentos financeiros - LP	-	-	-	-
Investimentos	4.163.508	3.746.062	4.093.282	3.636.564
Imobilizado	18.176.350	18.367.776	17.869.768	17.830.883
Intangível	524.504.571	524.657.890	515.657.724	509.322.053
PASSIVO	708.122.559	717.025.822	696.294.619	696.464.667
Circulante	91.505.494	91.075.713	89.982.042	88.410.067
Fomecedores	69.951.681	70.717.261	68.771.802	68.646.964
Repasses a pagar	-	-	-	-
Dividendos e JSCP a Pagar	-	-	-	-
Partes relacionadas a pagar	1.196.680	449.362	1.176.495	436.227
Administração de Fundos	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	1.184.308	-	1.184.308	-
Outros impostos e contribuições	4.668.591	4.422.533	4.589.846	4.293.262
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-
Obrigações com pessoal e encargos sociais	9.474.094	9.605.467	9.314.294	9.324.698
Provisão para contingências, líquidas - CP	-	-	-	-
Demais contas a pagar	5.030.139	5.881.090	4.945.296	5.708.917
Receita Diferida	-	-	-	-
Contas a pagar por aquis. de controlada ou coligada - CP	-	-	-	-
Provisão para passivos a descoberto - CP	-	-	-	-
Outros instrumentos financeiros - CP	-	-	-	-
Não circulante	146.343.313	152.936.420	144.360.023	148.728.681
Partes relacionadas a pagar - LP	-	1.631.319	-	1.583.636
Impostos diferidos passivos	25.212.229	26.306.780	25.212.229	25.769.957
Outros impostos e contribuições - LP	3.547.428	3.482.929	3.547.428	3.411.855
Empréstimos e financiamentos - LP	-	-	-	-
Provisão para contingências, líquidas - LP	1.035.621	3.170.449	1.018.153	3.077.776
Contas a pagar por aquis. de controlada ou coligada - LP	111.187.654	112.977.224	109.312.246	109.674.881
Demais contas a pagar - LP	5.355.087	5.355.087	5.264.762	5.198.313
Contrato de arrendamento mercantil - LP	-	-	-	-
Provisão para passivos a descoberto - LP	5.295	12.632	5.205	12.263
Outros instrumentos financeiros - LP	-	-	-	-
Patrimônio líquido	470.273.752	473.013.689	461.952.554	459.325.919
Capital social	464.958.585	464.958.585	457.116.103	451.367.768
Adiantamento para futuro aumento de capital	9.500.014	19.500.014	9.339.777	18.930.025
Reserva de capital	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2.347.765	2.301.480	2.308.165	2.234.208
Reserva de lucros	390.534	390.534	383.947	379.119
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	(6.923.146)	(14.136.924)	(7.195.437)	(13.585.201)

DRE				
Receita bruta / contraprestações efetivas	545.190.727	46.622.109	535.994.965	45.257.214
Deduções da receita bruta	(6.111.343)	(800.492)	(6.111.343)	(784.157)
Receita líquida	539.079.383	45.821.617	529.883.622	44.473.057
Custo da venda de produtos / serviços prestados	(402.954.681)	(35.662.604)	(396.158.023)	(34.618.556)
Lucro Bruto	136.124.702	10.159.013	133.725.599	9.854.500
Despesas operacionais	(104.191.038)	(14.636.340)	(102.433.642)	(13.518.314)
Vendas	- 84.871.148 -	8.186.789 -	83.439.622 -	7.947.488
Gerais e administrativas	- 26.247.780 -	5.674.218 -	25.805.057 -	5.508.360
Depreciação e amortização	- 2.257.362	(289.376)	(2.219.287)	(280.917)
Despesas com Oferta Pública de Ações	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	- 144.745	(424.783)	(142.304)	(412.367)
Provisão para redução ao valor de recuperação	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	9.329.997	(61.175)	9.172.627	(59.386)
Resultado de efeito inflacionário	-	-	-	690.204
Lucro/Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	31.933.664	(4.477.328)	31.291.957	(3.663.814)
Resultado financeiro	(9.036.831)	(2.560.240)	(9.036.831)	(2.507.995)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	22.896.833	(7.037.568)	22.255.125	(6.171.809)
Despesas de imposto de renda e da contribuição social	- 2.831.385 -	222.495 -	2.831.385 -	217.955
Resultados líquidos do período (acumulado)	20.065.447	(7.260.063)	19.423.740	(6.389.764)